

# ***Crowdfunding:* Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo**

**2017**

Fernando Belezas



1135133

**CROWDFUNDING: REGIME JURÍDICO  
DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO**

**AUTOR**

Fernando Belezas

**EDITOR**

**EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.**

Rua Fernandes Tomás, nº 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

**DESIGN DE CAPA**

FBA.

**PRÉ-IMPRESSÃO**

**EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.**

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

Vasp - DPS

Maio, 2017

DEPÓSITO LEGAL

425771/17

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



**ALMEDINA**

**GRUPOALMEDINA**

---

***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

**BELEZAS, Fernando**

Crowdfunding : regime jurídico do  
financiamento colaborativo. – (Ideias jurídicas)  
ISBN 978-972-40-6951-7

CDU 347

# ÍNDICE

Capítulo I. Introdução e delimitação do tema . . . . .	21
1. Introdução . . . . .	21
2. Delimitação do tema . . . . .	22
2.1. O crowdfunding. . . . .	23
2.2. Modalidades de crowdfunding. . . . .	25
2.3. Vantagens e riscos do crowdfunding . . . . .	26
2.4. Regulação do crowdfunding . . . . .	27
2.5. Plano de estudo. . . . .	28
Capítulo II. Direito comparado . . . . .	29
1. Os Estados Unidos da América . . . . .	29
2. A orientação europeia . . . . .	32
2.1. O caso alemão . . . . .	36
2.2. O pioneirismo italiano. . . . .	39
2.3. A “exceção” espanhola . . . . .	43
Capítulo III. O regime português . . . . .	47
1. O regime anterior ao RJFC. . . . .	47
2. O Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo . . . . .	52
2.1. O conceito de financiamento colaborativo. . . . .	53
2.2. Modalidades de financiamento colaborativo . . . . .	55
2.3. Financiamento colaborativo de natureza social. . . . .	56

2.3.1. Financiamento colaborativo através de donativo . . . . .	57
2.3.2. Financiamento colaborativo através de recompensa. . . . .	58
2.4. Financiamento colaborativo de investimento . . .	59
2.4.1. Financiamento colaborativo de capital . . . .	59
2.4.2. Financiamento colaborativo por empréstimo . . . . .	61
2.5. Modalidades de financiamento colaborativo mistas . . . . .	62
3. Os sujeitos da relação de financiamento colaborativo . . . . .	62
3.1. Plataformas de financiamento . . . . .	62
3.2. Titulares de plataformas de financiamento colaborativo . . . . .	63
3.3. Beneficiários. . . . .	66
3.4. Investidores . . . . .	68
3.5. A supervisão e a regulação . . . . .	69
4. A atividade de intermediação de financiamento colaborativo de investimento . . . . .	71
4.1. Deveres dos intermediários de financiamento colaborativo . . . . .	74
4.2. Incumprimento dos deveres dos intermediários de financiamento colaborativo. . . . .	77
5. As ofertas de financiamento colaborativo de investimento . . . . .	78
5.1. Limites de angariação . . . . .	80
5.2. IFIFC . . . . .	81
5.3. Subscrição das ofertas . . . . .	83
5.4. Alterabilidade das condições da oferta: all-or-nothing e keep-it-all. . . . .	84
5.5. OFC de capital na modalidade de participações sociais . . . . .	85

5.6. OFC de capital na modalidade de partilha de lucros ou dividendos . . . . .	87
5.7. OFC por empréstimo na modalidade de mútuo. . . . .	91
5.8. OFC por empréstimo na modalidade de obrigações. . . . .	92
6. Os mecanismos de tutela no financiamento colaborativo de investimento . . . . .	95
Considerações finais . . . . .	103
Legislação Básica . . . . .	107
Regime jurídico do financiamento colaborativo	
Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto. . . . .	107
Regulamento da CMVM n.º 1/2016	
Financiamento Colaborativo de capital ou por empréstimo. . . . .	123
Bibliografia. . . . .	155